

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

Requerimento Nº _____ /2011 (Da Srª. Deputada JANETE CAPIBERIBE)

*Requer a realização de Audiência Pública conjunta
com a Comissão de Comissão da Amazônia,
Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
a fim de debater as situações de conflito na
ocupação das terras e exploração ilegal de madeira
no Sul do Estado do Amazonas.*

Senhor Presidente;

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta com a a Comissão de Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional com o objetivo de debater a exploração ilegal de madeira no Sul da Amazônia, no município de Lábrea e arredores, com graves ameaças aos trabalhadores na extração e assentados rurais, agravada pela ausência de fiscalização e ação preventiva ou repressora do estado brasileiro.

Requeiro que sejam convidados os senhores:

1. Ministro do Ministério da Justiça Senhor José Eduardo Cardoso;
2. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Senhor Celso Lisboa de Lacerda;
3. Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA – Senhor Curt Trennepohl;
4. Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas Senhor Coronel Paulo Roberto Vital de Menezes.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 2007, sete pessoas foram mortas por denunciarem os crimes ambientais e de propriedade da terra no município de Lábrea, no sul do Amazonas.

O último crime foi contra a trabalhadora Dinhana Nink, assassinada na frente de filho de seis anos, dia 30 de março, em Rondônia. Antes, ela registrara Boletim de Ocorrência na delegacia de Extrema (Rondônia), dando nome e sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte. Um mês depois do seu assassinato, nenhum suspeito está preso.

Semana passada, a Força de Segurança Nacional decidiu deixar o local por que teria descoberto uma emboscada dos madeireiros para matar a líder camponesa Nilcilene Miguel de Lima e a escolta que a protege. A líder rural teve que abandonar sua casa e sua família, levada pela Força Nacional para um local mantido em sigilo.

Cerca de 800 famílias de lavradores, seringueiros e catadores de castanha do programa Terra Legal ou moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê – cujo líder Adelino Ramos foi assassinado em 2001 – seguem ameaçadas em seus lotes, junto com a floresta, vítimas da retirada ilegal de madeira, da grilagem de terras e da ausência do Estado brasileiro.

A organização Anistia Internacional tornou mundialmente conhecido o caso e pediu que o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Amazonas tomem providências para reprimir a violação aos direitos fundamentais das pessoas e de cumprimento da legislação ambiental naquela região.

É urgente que esta Casa conheça e cobre ação dos entes públicos para a garantia dos direitos daquelas populações de produzirem e viverem com dignidade e para o cumprimento irrestrito da legislação ambiental que se impõe a todo o conjunto da sociedade brasileira.

Sala de Sessões, 02 de Maio de 2012.

Deputada Federal JANETE CAPIBERIBE – PSB/AP